

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.679.769 - RS (2017/0145357-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS**
RECORRIDO : **GENY NUNES ALVES**
RECORRIDO : **THEREZA SILVA DA SILVA**
ADVOGADOS : **ROGÉRIO VIOLA COELHO - RS004655**
 MARCO AURÉLIO PEREIRA DA SILVA - RS031485
 THIAGO MATHIAS GENRO SCHNEIDER - RS065722
 GUILHERME PACHECO MONTEIRO - RS066153
 RAMIRO PEREIRA DA SILVEIRA - RS077264
SOC. de ADV. : **COELHO, SCHNEIDER, PEREIRA, MONTEIRO & ADVOGADOS ASSOCIADOS E OUTRO(S)**

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com fundamento na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 534):

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. 3,17. URV. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO QUE AFASTOU A APLICAÇÃO DO ART. 10 DA MP Nº 2.225-45/2001. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO PELO TCU.

O Tribunal de Contas da União não dispõe, constitucionalmente, de poder para rever decisão judicial transitada em julgado (RTJ 193/556-557) nem para determinar a suspensão de benefícios garantidos por sentença revestida da autoridade da coisa julgada (RTJ 194/594), ainda que o direito reconhecido pelo Poder Judiciário não tenha o beneplácito da jurisprudência prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal (MS 23.665/DF, v.g.), pois a 'res judicata', em matéria civil, só pode ser legitimamente desconstituída mediante ação rescisória.

Os embargos de declaração da parte recorrida foram parcialmente providos (e-STJ, fls. 562-568).

A recorrente alega a ofensa ao art. 54, § 1º, da Lei 9.784/1999, ao argumento de que o caso dos autos não trataria de anulação de ato administrativo, mas de adequação da forma de cálculo da rubrica e a sua supressão pelas sucessivas reestruturações experimentadas na carreira.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 594-605.

É o relatório.

Observa-se que um dos fundamentos basilares do acórdão combatido é a ocorrência de decadência do direito de a administração rever o ato que

concedeu o pagamento da rubrica em questão. Senão, vejamos (e-STJ, fl. 528-529):

Na hipótese em comento, as autoras percebem a rubrica correspondente à diferença de 3,17% (URV) desde o trânsito em julgado da Ação nº 2002.71.00.014369-9, em 13/12/2004, quando a UFRGS providenciou a incorporação da diferença em seus vencimentos, portanto, dez anos antes das notificações enviadas pela UFRGS às autoras (docs. OFIC13 e OFIC14, ev. 1).

Desse modo, fazendo prevalecer o princípio da segurança jurídica, resta configurada a hipótese de decadência, nos termos do que determina o artigo 54 da Lei n. 9.784/99, cujo termo inicial há de corresponder ao início do pagamento da referida rubrica, ou seja, na competência de setembro de 2005, conforme informado na certidão narrativa anexa à prefacial (doc. OUT11).

[...]

Ainda que se pudesse entender, por outro lado, que o ato de concessão da aposentadoria ou pensão estaria condicionado, para sua perfectibilização, à homologação pela Corte de Contas, diante da apontada natureza de ato complexo, não se revela nada razoável que o favorecido - aposentado ou pensionista - fique no aguardo eterno desta manifestação. Em assim se entendendo, estar-se-ia permitindo à Administração alterar relações jurídicas já estabilizadas por um longo período, acarretando, aos aposentados e pensionistas, instabilidade quanto aos compromissos assumidos ou que pretendam assumir tendo por base os dispêndios mensalmente percebidos.

A questão atinente à decadência para a administração anular o ato de aposentadoria teve a sua repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito dos autos do RE 636.553, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, cujo processamento está pendente naquela Corte.

Dessa forma, encontrando-se a matéria com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, por medida de economia processual e para evitar decisões dissonantes entre a Corte Suprema e esta Corte Superior, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução no recurso extraordinário afetado, viabilizando, assim, o juízo de conformação, hoje disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015:

Art. 1.039. **Decididos os recursos afetados**, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.

Parágrafo único. Negada a existência de repercussão geral no recurso extraordinário afetado, serão considerados automaticamente inadmitidos os recursos extraordinários cujo processamento tenha sido sobrestado.

Art. 1.040. **Publicado o acórdão paradigma:**

I - o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos **especiais ou extraordinários** sobrestados na origem, se o

Superior Tribunal de Justiça

acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior;

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, **reexaminará** o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, **se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior**;

III - os processos suspensos em primeiro e segundo graus de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;

IV - se os recursos versarem sobre questão relativa a prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

Nesse contexto, cumpre esclarecer que, somente depois de realizada essa providência, a qual representa o exaurimento da instância ordinária, o recurso especial deverá ser encaminhado, em sua totalidade, para este Tribunal Superior, a fim de que possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento da Corte *a quo*.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão combatida coincidir com a orientação emanada pelo Tribunal Superior ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão impugnado divergir da decisão sobre o tema objeto da afetação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator